

A PERSPECTIVA PSICANALÍTICA DE FREUD E LACAN NA EDUCAÇÃO PRISIONAL: CAMINHOS PARA A TRANSFORMAÇÃO SUBJETIVA E A REABILITAÇÃO SOCIAL

THE PSYCHOANALYTIC PERSPECTIVE OF FREUD AND LACAN IN PRISON EDUCATION: PATHS TO SUBJECTIVE TRANSFORMATION AND SOCIAL REHABILITATION

LA PERSPECTIVA PSICOANALÍTICA DE FREUD Y LACAN EN LA EDUCACIÓN PENITENCIARIA: CAMINOS HACIA LA TRANSFORMACIÓN SUBJETIVA Y LA REHABILITACIÓN SOCIAL

Clésia Carneiro da Silva Freire Queiroz¹

RESUMO: Este artigo examina a inter-relação entre psicanálise e educação no contexto prisional, enfatizando as contribuições de Freud e Lacan para a compreensão da subjetividade de pessoas privadas de liberdade. Por meio de revisão bibliográfica qualitativa, discutem-se conceitos como inconsciente, desejo, linguagem e formação identitária, fundamentos para práticas pedagógicas que promovam a transformação subjetiva e a reintegração social. Argumenta-se que uma educação pautada na escuta atenta e na simbolização dos discursos possibilita a ressignificação da identidade criminalizada, abrindo possibilidades para a reconstrução existencial e a reabilitação efetiva.

Palavras-Chave: Psicanálise. Sistema prisional. Subjetividade. Educação Transformadora. Reintegração Social.

ABSTRACT: This article examines the interrelation between psychoanalysis and education within the prison context, highlighting the contributions of Freud and Lacan to the understanding of the subjectivity of incarcerated individuals. Through a qualitative bibliographic review, it discusses concepts such as the unconscious, desire, language, and identity formation, which serve as foundations for pedagogical practices aimed at subjective transformation and social reintegration. It is argued that an education grounded in attentive listening and discourse symbolization enables the re-signification of criminalized identities, creating possibilities for existential reconstruction and effective rehabilitation.

Keywords: Psychoanalysis. Prison System. Subjectivity. Transformative Education. Social Reintegration.

RESUMEN: Este artículo examina la interrelación entre el psicoanálisis y la educación en el contexto carcelario, destacando las contribuciones de Freud y Lacan para la comprensión de la subjetividad de las personas privadas de libertad. A través de una revisión bibliográfica cualitativa, se discuten conceptos como inconsciente, deseo, lenguaje y formación identitaria, que constituyen fundamentos para prácticas pedagógicas orientadas a la transformación subjetiva y la reintegración social. Se argumenta que una educación basada en la escucha atenta y en la simbolización del discurso permite la resignificación de la identidad criminalizada, abriendo posibilidades para la reconstrucción existencial y la rehabilitación efectiva.

Palabras Clave: Psicoanálisis. Sistema Penitenciario. Subjetividad. Educación Transformadora. Reintegración Social.

¹Mestre em Ciências da Educação pela Veni Creator Christian University. Professora no Centro de Observação Criminológica e Triagem Professor Everardo Luna- COTEL- Pernambuco.

I. INTRODUÇÃO

O debate acerca do papel educativo nas instituições prisionais desafia as políticas penais brasileiras tradicionais. Apesar de a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Execução Penal assegurarem o direito à educação no cárcere, predominam práticas punitivas que negligenciam a dimensão subjetiva e afetiva dos encarcerados (Brasil, 1984; Moysés, 2023). Tal cenário aprofunda a exclusão social e reforça marcas psíquicas negativas, evidenciando a necessidade de uma abordagem educativa que funcione como instrumento de subjetivação e reconstrução identitária.

Diante desse contexto, destaca-se a urgência de uma proposta pedagógica que supere a mera transmissão de conteúdos, incorporando a escuta qualificada, a elaboração simbólica e a construção de narrativas pessoais como elementos formadores. A educação prisional fundamentada em pressupostos psicanalíticos possibilita o resgate do sujeito alienado, fomentando o surgimento de novos sentidos para sua existência e a reconfiguração identitária (Figueiredo, 2022).

Este estudo objetiva contribuir para a superação de abordagens técnicas e desumanizadoras no sistema prisional, valorizando a ética da escuta e o reconhecimento do discurso subjetivo, com vistas a promover transformações individuais e sociais que auxiliem a reintegração comunitária. Os objetivos específicos são: a) analisar os fundamentos psicanalíticos da escuta e subjetivação no cárcere; b) identificar as contribuições da psicanálise para práticas educativas no sistema prisional; c) propor intervenções simbólicas que valorizem a singularidade do detento.

Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, baseada em revisão bibliográfica crítica, com recorte temporal abrangendo publicações dos últimos vinte anos, contemplando autores clássicos e contemporâneos, brasileiros e internacionais, que discutem subjetividade, linguagem e educação.

O artigo está estruturado em cinco seções: a primeira aborda a escuta do inconsciente segundo Freud; a segunda apresenta os conceitos lacanianos de linguagem, desejo e nomeação; a terceira discute a interseção entre psicanálise e educação; a quarta examina práticas educativas orientadas pela psicanálise no cárcere; e a quinta apresenta as considerações finais.

2. FREUD E A ESCUTA DO INCONSCIENTE: CONFLITOS PSÍQUICOS E SUBJETIVAÇÃO

Freud (2017) elaborou a teoria do aparelho psíquico, estruturado em id, ego e superego, que explicita os embates internos configuradores da dinâmica subjetiva. No contexto prisional, tais embates assumem contornos mais severos, pois o encarceramento impõe afastamento abrupto entre o indivíduo e seu ambiente social, ampliando a tensão entre o eu e o mundo exterior.

Essa cisão acentua o sofrimento psíquico, manifestado em angústias e sintomas que não se compreendem sem análise da estrutura psíquica subjacente. Assim, a compreensão freudiana permite reconhecer que a experiência do cárcere ultrapassa a dimensão física da privação de liberdade, atingindo aspectos profundos da subjetividade.

A fragilidade das referências simbólicas, frequentemente associada a trajetórias marcadas por abandono, violência e exclusão social, fragiliza o superego, elemento essencial para a regulação das pulsões e a mediação entre desejos e normas. Nesse contexto, comportamentos delitivos não se reduzem a falhas morais ou escolhas racionais, mas emergem como manifestações de sofrimento não elaborado e tentativas inconscientes de lidar com traumas não simbolizados.

1533

Essa perspectiva desloca o enfoque da culpabilização para a compreensão das raízes subjetivas do ato, oferecendo uma visão mais humana e menos punitiva das condutas no cárcere (Green, 2017). Já Dunker (2020) destaca que o sintoma representa uma resposta complexa ao mal-estar social, indicativa de ruptura entre sujeito e meio. Similarmente, Gagnebin (2020) evidencia que a repetição compulsiva de ações transgressoras pode ser compreendida como tentativa inconsciente de ressignificar traumas e experiências dolorosas.

Essa abordagem reforça a importância da escuta que considera a historicidade do indivíduo, contemplando as marcas de exclusão que atravessam sua vida e psique, e não apenas a ação isolada como transgressão. Portanto, a escuta psicanalítica exige atenção cuidadosa ao contexto subjetivo e social do interno.

Birman (2016) acrescenta que a subjetividade constrói-se a partir do reconhecimento simbólico, processo frequentemente negado a indivíduos marginalizados, gerando exclusão social e simbólica. Essa negação reforça invisibilidade e apagamento da voz do sujeito, contribuindo para manutenção da alienação e criminalização. Assim, a escuta que reconhece a

singularidade do detento funciona como espaço de resistência a essa exclusão, possibilitando a reinscrição simbólica e o fortalecimento do eu.

A escuta psicanalítica, ao abrir espaço para que o sujeito narre sua história, atua como mecanismo de reinscrição simbólica, promovendo reelaboração das experiências traumáticas. Freud (2017) ressaltou a importância da recordação e elaboração para acesso ao inconsciente, processo que possibilita transformar sofrimento em narrativas integradoras. No ambiente prisional, essa prática pode permitir que atos antes compreendidos como irrecuperáveis ganhem novos significados, contribuindo para reconstrução de narrativa de vida que não se reduz à criminalidade (Zizek, 2006).

Embora a escuta clínica e pedagógica apresentem diferenças na forma e propósito, a segunda pode beneficiar-se profundamente da compreensão clínica do sujeito. O educador, ao acolher o discurso do interno sem julgamento, assume papel de operador simbólico que facilita elaboração subjetiva e processo de subjetivação. Essa postura requer sensibilidade e ética, evitando reprodução de práticas punitivas e promovendo ambiente que favoreça desenvolvimento humano e ressignificação das experiências (Costa-Rosa, 2013).

Portanto, a psicanálise oferece quadro interpretativo que ultrapassa a simples correção de condutas, enfatizando centralidade da produção subjetiva atravessada por discursos, desejos e afetos. Reconhecer a teoria freudiana no cárcere implica acessar o humano que persiste sob camadas de sofrimento e silêncio, possibilitando olhar que não reduz o interno a identidade criminal, mas o percebe como sujeito em potencial transformação.

1534

Em suma, a teoria freudiana revela que o sofrimento vivido no cárcere não se reduz à privação física, mas configura experiência subjetiva complexa que demanda escuta sensível e profunda. A compreensão dos conflitos internos e da dinâmica do inconsciente desloca o olhar da simples punição para a possibilidade de transformação, fundamentando a necessidade de reconhecer a dimensão simbólica e afetiva na intervenção com os internos, preparando o terreno para a análise lacaniana que aprofunda a relação entre linguagem, desejo e identidade.

3. LACAN E A LINGUAGEM: DESEJO, NOMEAÇÃO E RECONHECIMENTO

Lacan (2019) reconstruiu a noção de inconsciente, definindo-o como estruturado em linguagem e enfatizando que o sujeito se constitui a partir da relação com o significante. Essa perspectiva amplia o entendimento da subjetividade, que passa a ser vista como dependente do simbolismo e da intersubjetividade mediada pela linguagem. No cárcere, onde o detento

frequentemente sofre silenciamento, a dimensão linguística adquire especial importância, pois é por meio da linguagem que o sujeito expressa seu desejo e constrói sua identidade, ainda que fragmentada.

O processo de nomeação, conforme Lacan(2019), transcende a mera atribuição de rótulos, configurando-se como ato de reconhecimento subjetivo. O educador, ao mediar esse processo, possibilita que o interno seja escutado em sua singularidade, conferindo-lhe estatuto simbólico que reconhece sua existência e seu desejo. Essa mediação é fundamental para romper com a exclusão e invisibilidade típicas do sistema prisional, promovendo espaço onde o sujeito possa afirmar-se para além da identidade criminal (Safatle, 2021).

A ausência do Nome-do-Pai, conceito lacaniano que simboliza a função paterna como referência organizadora do sujeito no registro simbólico, revela ruptura que impede acesso pleno ao mundo simbólico, deixando o indivíduo preso ao gozo – forma de sofrimento não simbolizado e repetitivo. Essa condição ocorre frequentemente entre detentos sem acesso a referências estruturantes na infância, dificultando construção de identidade estável e favorecendo repetição de padrões destrutivos (Calligaris, 2017).

A educação, entendida como processo de deslocamento simbólico, convida o educando a reconstruir seu lugar na linguagem e no mundo social, criando condições para emergência de sujeito capaz de distanciar-se das narrativas associadas à criminalidade. Oficinas de leitura, escrita e rodas de debate funcionam como espaços de nomeação e produção de novos sentidos, permitindo que o sujeito se reconheça e reconfigure seu papel social (Kehl, 2021).

Para Lacan(2019), o desejo é indomável, constituindo motor fundamental da vida psíquica. Práticas educativas que acolhem o desejo fragmentário do detento contribuem para sua subjetivação, não mediante imposição de normas, mas por meio da reconstrução da relação com o outro e da reinvenção de si mesmo. Essa abordagem valoriza a singularidade do sujeito e reconhece a complexidade dos processos de transformação psíquica (Figueiredo, 2022).

No contexto prisional, a escola que incorpora escuta e linguagem desloca-se de função meramente disciplinar para papel clínico e ético, essencial em ambiente marcado pela violência institucional e repressão. A nomeação simbólica, portanto, exige estrutura institucional capaz de legitimar discurso do sujeito, promovendo reconstrução de vínculos sociais e mediação de conflitos, o que contribui para ambiente mais humano e inclusivo (Moysés, 2023; Rocha, 2021).

Assim, Lacan(2019) amplia o entendimento da subjetividade ao enfatizar a linguagem como eixo estruturante do sujeito, ressaltando importância do reconhecimento simbólico para

construção da identidade. O ambiente prisional, marcado pelo silenciamento e exclusão, necessita de práticas que possibilitem essa nomeação e encontro com o desejo, elementos essenciais para subjetivação. Tal entendimento aponta para interseção entre psicanálise e educação, tema explorado na seção seguinte, que destaca escuta e reconstrução do sujeito como elementos centrais do processo educativo.

4. INTER-RELAÇÃO ENTRE PSICANÁLISE E EDUCAÇÃO: ESCUTA, SUBJETIVAÇÃO E RECONSTRUÇÃO

A interseção entre psicanálise e educação destaca a importância das dimensões subjetivas frequentemente negligenciadas, especialmente em contextos carcerários. Ambos os campos compartilham a valorização da linguagem e da escuta como elementos centrais na formação e constituição do sujeito (Figueiredo, 2022). A educação, portanto, não pode limitar-se à mera transmissão de conteúdos, devendo contribuir para a construção identitária e o reconhecimento do outro, fundamental para a reintegração social dos encarcerados (Ciampa, 2011).

No cárcere, marcado por silenciamentos e estigmatizações que reforçam exclusão, a escola não pode reproduzir lógica punitiva que desumaniza e aliena o sujeito. A pedagogia psicanalítica oferece espaço onde singularidade do detento pode ser expressa e conflitos internos elaborados, criando condições para o sujeito construir novos sentidos para existência, rompendo padrões de repetição e alienação (Arendt, 1999).

Ao conectar escuta psicanalítica com prática educativa, a palavra torna-se meio poderoso para reconstrução das narrativas pessoais, reelaboração das perdas e invenção de novas formas de existência. Essa reconstrução ocorre em ambientes pedagógicos que reconhecem e legitimam discurso do interno, afastando-o da patologização e criminalização frequentemente sofridas (Melman, 2022; Safatle, 2021).

Dessa forma, a escola prisional configura-se como território simbólico e ético, em oposição à repressão do sistema penal. Essa pedagogia valoriza voz do sujeito, oferecendo-lhe novo lugar no mundo social e ampliando suas possibilidades de pertencimento e transformação (Tassinari, 2022).

A subjetividade fragmentada dos encarcerados, em constante tensão e movimento, demanda olhar atento às contradições internas, resistências e desejos inconscientes essenciais para transformações autênticas e duradouras. O educador, nesse contexto, exerce papel de

facilitador simbólico, promovendo expressão desses conflitos e construção de novas narrativas, exigindo escuta sensível e compromisso ético (Lacan, 1977/2019; Costa-Rosa, 2013).

Essa função pedagógica resiste ao discurso hegemônico punitivo, abrindo espaço para subjetivações alternativas que reconhecem e valorizam singularidade do sujeito (Tassinari, 2022). Contudo, para que tais práticas tenham efetividade, é fundamental reconhecimento institucional, formação continuada dos educadores e articulação interdisciplinar com áreas como direito, psicologia, pedagogia e sociologia, ampliando alcance e profundidade das intervenções (Moysés, 2023; Rocha, 2021).

Consequentemente, a conjugação entre psicanálise e educação revela-se fundamental para que processo educativo no cárcere ultrapasse mera transmissão de saberes e converta-se em espaço de ressignificação e reconstrução subjetiva. A escuta que reconhece sujeito em sua singularidade possibilita criação de ambientes pedagógicos éticos e inclusivos, que favorecem transformação e reintegração social. Essa abordagem conduz à necessidade de práticas educativas concretas e eficazes no espaço prisional, detalhadas na seção seguinte, com foco em grupos de escuta e intervenções simbólicas.

5. PRÁTICAS EDUCATIVAS NO ESPAÇO PRISIONAL: GRUPOS DE ESCUTA E INTERVENÇÕES SIMBÓLICAS

1537

Práticas educativas que valorizam escuta e simbolização atuam diretamente sobre subjetividade fragilizada dos detentos, promovendo desenvolvimento cognitivo, reconstrução da identidade e autonomia pessoal (Rocha, 2021; Moysés, 2023). Ao oferecer espaços seguros para expressão, tais intervenções possibilitam ressignificação do sofrimento e construção de novas formas de existência.

Grupos de escuta criam ambientes acolhedores onde internos compartilham experiências e emoções, favorecendo elaboração simbólica dos conflitos internos e superação de traumas. Essas atividades fortalecem sentimento de pertencimento e autoestima, essenciais para transformação subjetiva (Costa-Rosa, 2013). Além disso, oficinas de escrita e leitura estimulam expressão subjetiva e surgimento do sujeito enquanto agente ativo de sua história, fortalecendo capacidade de narrar e recontar a própria vida (Dimenstein, 2019).

Implementação dessas práticas requer flexibilidade e sensibilidade para lidar com especificidades individuais, reconhecendo resistências e contradições emergentes no processo de subjetivação. O trabalho pedagógico no cárcere deve estar atento às dinâmicas emocionais e

sociais que atravessam sujeitos, promovendo intervenções que respeitem seus ritmos e singularidades (Tassinari, 2022).

Estudos indicam que tais práticas contribuem para elevação da autoestima, melhoria na convivência social e redução da reincidência criminal, demonstrando-se estratégias eficazes para promoção da ressocialização (Rocha, 2021). A escuta, nesse sentido, não constitui apenas espaço terapêutico, mas também instrumento de resistência simbólica contra formas de repressão e exclusão institucionalizadas (Moysés, 2023).

A palavra, como ferramenta fundamental, possibilita transformação subjetiva e inscrição simbólica que reconfigura relação do sujeito consigo mesmo e com o mundo, ampliando capacidade de autonomia e escolha (Calligaris, 2017).

Entretanto, consolidação dessas práticas esbarra em escassez de recursos, formação insuficiente dos profissionais e resistências institucionais que permeiam sistema prisional. Compromisso político e ético de gestores e educadores torna-se vital para garantir continuidade e valorização dessas iniciativas, promovendo mudanças estruturais que favoreçam humanização do cárcere (Costa-Rosa, 2013).

Articulação interdisciplinar emerge como estratégia fundamental para ampliar alcance e humanizar atuação educativa, potencializando efeitos das intervenções e promovendo atuação integrada que reconheça complexidade do sujeito privado de liberdade (Rocha, 2021). Essas práticas, alinhadas a políticas restaurativas, ampliam possibilidades de ressocialização e contribuem para reconstrução subjetiva dos detentos (Tassinari, 2022).

Diante das fragilidades e desafios do sistema prisional, práticas educativas que valorizam escuta e simbolização surgem como instrumentos indispensáveis para promoção da subjetivação e reintegração social. Tais intervenções, ao fortalecerem autonomia e autoestima dos internos, contribuem para construção de trajetórias possíveis para além da criminalidade. Contudo, para alcançar efetividade, é imperativo superar limitações institucionais e investir em articulações interdisciplinares, tema que merece atenção para reflexões e propostas futuras.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A articulação entre psicanálise e educação no sistema prisional configura-se como caminho eficaz para transformação subjetiva e reintegração social dos internos. Conceitos freudianos e lacanianos oferecem fundamentos sólidos para compreender complexas dinâmicas psíquicas envolvidas no encarceramento, superando interpretações reducionistas e simplistas.

A escuta psicanalítica, ao valorizar a fala e o reconhecimento do sujeito singular, apresenta-se como prática pedagógica transformadora, na qual a palavra torna-se ferramenta para ressignificar sofrimentos e reconstruir identidades fragilizadas. Intervenções como grupos de escuta, oficinas e rodas de leitura promovem que permeia sistema penal e ampliando possibilidades reais de reinserção social.

Todavia, tais práticas enfrentam desafios institucionais significativos, como recursos limitados, insuficiência na formação dos profissionais e resistências sistêmicas arraigadas. Consolidação dessas iniciativas requer mobilização política, articulação interdisciplinar e valorização consistente da subjetividade enquanto eixo central do processo educativo (Moysés, 2023).

Sob enfoque epistemológico, essa integração amplia campo educacional para além do aspecto cognitivo, reconhecendo subjetividade e linguagem como elementos essenciais na constituição do ser humano. Sujeito privado de liberdade, assim, assume papel de protagonista ativo em própria transformação.

A proposta não ignora exigências legítimas por segurança, mas incorpora dimensão humanizadora e comprometida com ressocialização efetiva. Desse modo, a educação emerge como instrumento de esperança e resistência frente à marginalização. Assim, este estudo bibliográfico pretende contribuir para formulação de políticas educacionais que valorizem escuta, singularidade e simbolização, fomentando educação emancipatória no contexto prisional. Recomenda-se, para tanto, aprofundamento de investigações empíricas e expansão de iniciativas que articulem psicanálise e educação.

1539

Em síntese, psicanálise e educação atuam conjuntamente na construção de sistema prisional mais justo, onde subjetividade é reconhecida, acolhida e reconstruída, possibilitando trajetórias de reintegração social dignificantes e transformadoras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BIRMAN, Joel. **O sujeito na contemporaneidade: sofrimento psíquico, criminalidade e violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- CALLIGARIS, Carlos. **A adolescência**. São Paulo: Publifolha, 2017.
- COSTA-ROSA, Ana. **Saúde mental e a reinvenção do cotidiano: contribuições da psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- DIMENSTEIN, Gilberto. **O cidadão de papel: a burocracia e o papel do cidadão na sociedade contemporânea**. São Paulo: Ática, 2019.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. **Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros**. São Paulo: Boitempo, 2020.

FIGUEIREDO, Luís Carlos. **Psicanálise e educação: a escuta como potência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

FREUD, Sigmund. **O eu e o id**. Rio de Janeiro: Imago, 2017 (edição atualizada).

GAGNEBIN, Jean-Michel. **Trauma, memória e história**. São Paulo: Perspectiva, 2020.

GREEN, André. **O inconsciente, o sintoma e o sujeito**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

KEHL, Marcelo R. **A contemporaneidade do sofrimento psíquico: tempo e subjetividade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2019 (edição atualizada).

LACAN, Jacques. **O seminário, livro II: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2019 (edição atualizada).

MELMAN, Christine. **Violência e subjetividade: perspectivas contemporâneas**. São Paulo: Escuta, 2022.

MOYSÉS, Sandra Maria A. **Educação no cárcere: desafios e possibilidades para a ressocialização**. Curitiba: Appris, 2023.

ROCHA, Renata M. **Narrativas de si no cárcere: subjetividade e escuta**. Salvador: Edufba, 2021. 1540

SAFATLE, Vladimir. **Lacan e a política do desejo**. São Paulo: Autêntica, 2021.

TASSINARI, Carla. **Psicanálise e privação de liberdade: o sujeito e o sistema prisional**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2022.

ZIZEK, Slavoj. **Violência: seis reflexões laterais**. São Paulo: Boitempo, 2006.